



Anais da Assembleia

Nº 23

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 019.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1992
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Ademar Traiano.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, Osvaldo Trevisan, José Arthur Ritti, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Severino Félix (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Arlindo Troian, Carlos Simões, César Silvestri, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Emília Belinati, Ernani Puddell, João Preis, José Tavares, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton César, Rafael Greca de Macedo, Rossoni e Toti Colaço (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO Nº 028/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar, junto a Vossa Excelência, o meu não compa-

recimento à Sessão Ordinária no dia 26.03.92, em função de recepcionar o Embaixador e a Embaixatriz da Inglaterra no Brasil, Senhor e Senhora Michael Newington, na cidade de Londrina.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) EMÍLIA BELINATI

OFÍCIO Nº 51/92

Senhor Presidente.

Cumpre-me informar a Vossa Excelência minha filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, sob nº 253, em data de 25.02.92. Ratificando informações, encaminhamento Certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, Juízo Eleitoral da 9.^a Zona, datado de 23.03.92.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência, meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) ARLINDO TROIAN

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO ELEITORAL DA 9.^a ZONA

C E R T I D Ã O

CERTIFICO, atendendo a solicitação verbal formulada por pessoa interessada, que revendo neste Cartório a meu cargo, o fichário de filiação partidária e demais arquivos, neles verifiquei constar que ARLINDO ADELINO TROIAN, eleitor inscrito nesta Zona Eleitoral sob o nº 33221140663, é filiado ao PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO-PMDB, sob o nº 253 em data de 25.02.92.

Era o que me cumpria certificar, com referência à solicitação a mim formulada.

O referido é verdade e dou fé.

Nova Londrina, 23 de março de 1992.

(a) ISABEL DOURADO MATHIAS

Escrivã Eleitoral da 9.^a ZE/PR

OFÍCIO Nº 1137/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, comunicar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 26.03.92, por compromissos inadiáveis em minha Região.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 304

Senhor Presidente.

Os Senhores Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, apoio ao movimento e reivindicações dos fumicultores do Paraná, cuja pauta segue em anexo, ao mesmo tempo em que solicita as Empresas Fumajeiras, a abertura de negociações com a categoria.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ASSEMBLEIA DOS FUMICULTORES
REALIZADA EM IRATI NO DIA 25.03.92

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

SAFRA 91/92:

1. PREÇO - Dois dólares e meio o quilo (valor em cruzeiro no dia 24.03.92 - CR\$ 4.625,00) preço médio do Fumo TO 2.
2. CLASSIFICAÇÃO - Redução de 48 classes para 14, e que a classificação seja feita no Município de origem.
3. NOTA DE PRODUTOR - Que conste na nota o peso, a classe e o valor.
4. TRANSPORTE - Que seja feito em veículos apropriados e em condições de viagem.
5. CONTRATOS DE FINANCIAMENTO - Que os fumicultores tenham acesso a toda documentação relativa ao financiamento, como: cópia do contrato, conta gráfica especificada e outros documentos e informações do financiamento.
6. FORMA DE PAGAMENTO - Que seja mantido o acordo de pagamento em quatro dias úteis após a entrega.
7. ASSISTENCIA TECNICA - Que o Instrutor preste assistência técnica permanente ao Fumicultor.
8. PAGAMENTO DOS FINANCIAMENTOS - Que as

amortizações e liquidação dos financiamentos vinculados à Bancos, sejam feitos diretamente pelo produtor junto ao Banco.

SAFRA 92/93:

1. Que seja assinado o Protocolo de acordo para a comercialização da safra 92/93, em abril ou maio de 1992.
2. Que o teor dos contratos de financiamentos para a próxima safra, seja repassado às Entidades representativas dos Fumicultores entre as quais: Sindicatos, Associações e Comissão Regional dos Fumicultores, para o parecer dos mesmos antes que os Fumicultores assinem.
3. Que os financiamentos de investimentos sejam subsidiados em 50%.

REQUERIMENTO N° 306

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais REQUEREM, após ouvido o Plenário, a presença do Sr. Wálter Senhorinho, presidente da Banestado Informática S/A - BISA e vice-presidente administrativo do Conglomerado Banestado, a fim de esclarecer ao Plenário desta Casa, a respeito do Projeto de incorporação da BISA ao BANESTADO.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de uma empresa pública, é importante que a Assembléia Legislativa conheça o Projeto que propõe a incorporação da empresa e o processo já em discussão. Tal projeto não deve ser submetido a esta Casa? Como parte de uma Reforma Administrativa feita à conta-gotas, entendemos que tal processo deva ser apreciado sim por esta Assembléia.

Sendo assim é de fundamental importância a presença do Presidente da BISA, a fim de prestar as informações necessárias para que o Poder Legislativo pronuncie-se a respeito.

REQUERIMENTO N° 299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, "O VOTO DE CONGRATULAÇÕES AO DR. FRANCISCO DE PAULA XAVIER NETO PELA POSSE NA PRESIDENCIA DA AMB - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS".

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Juiz paranaense Dr. Francisco de Paula Xavier Neto, tomou posse na Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Magistrado ímpoluto e dedicado, vem se destacando pela brilhante carreira conquistada ao longo destes anos, pelos relevantes serviços prestados à frente do Poder Judiciário. Profissional sempre interessado em fazer da Justiça um poder eficiente, dinâmico - garantindo - assim, maior grau de credibilidade junto à população.

Neste sentido, é justo registrar nos anais desta Casa a homenagem ao Juiz Dr. Francisco de Paula Xavier Neto pelo importante cargo que doravante vai ocupar.

REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata da presente Sessão, Voto de Congratulações à Miss Paraná 1992, Senhorita MARIA CAROLINA PORTELA OTTO.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez o Paraná é projetado na esfera Federal, desta vez exportando o que mais tem por aqui, que é a beleza feminina, pois nossa Miss Paraná, vem arrebatando o merecido título de Miss Brasil 1992, realizando assim, não só o seu sonho mas o sonho de muitas outras jovens paranaenses, que vêem nesse resultado o reconhecimento pela beleza das mulheres do Paraná.

MARIA CAROLINA PORTELA OTTO, galgou com sua beleza, todas as escalas dos concursos de miss, pois é Miss Santa Mônica Club de Campo, Miss Curitiba e agora: MISS BRASIL.

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, que seja oficiado ao Desembargador Luis Renato Pedroso, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consultando sobre a viabilidade de criação e instalação da Vara de Menores e mais uma Vara Criminal na Comarca de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a finalidade de solicitar a criação de órgãos da justiça, no sentido de melhorar o atendimento às partes litigantes.

A atual situação é a seguinte: os cartórios encontram-se sobrecarregados de

feitos em tramitação, portanto com a criação de novas varas as ações seriam melhores distribuídas e teriam mais rapidez em seus julgamentos.

Se ocorrer tal desmembramento da Vara de Família em Vara de Família e Vara de Menores, a Vara Criminal poderá ser agilizada de maneira a criar uma estrutura funcional, conforme determina o Código de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Mediante essa exposição, peço apoio dos Senhores Deputados.

REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Coronel Angelo Capriotti, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, consultando a viabilidade da implantação do Batalhão da Polícia Militar - BPM, no município de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem a finalidade de solicitar a criação e implantação do Batalhão da Polícia Militar - BPM, no município de Cornélio Procopio, pelas razões abaixo expostas:

- 1) a municipalidade já doou o terreno;
 - 2) fortalecimento das instituições destinadas a combater a criminalidade e oferecer suporte de segurança a população local e poli-micro-regional;
 - 3) a administração pública é uma das melhores do Brasil conforme dados técnicos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, pela seriedade que são tratadas as coisas públicas;
 - 4) a infra-estrutura de excelente qualidade;
 - 5) cidade universitária;
 - 6) calor humano dos procopenses;
- Diante dessas exposições, solicito dos nobres pares a aprovação.

REQUERIMENTO Nº 305

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja incluído nos anais da Assembléia o manifesto dos trabalhadores organizados no SINDPD-PR e CT-BISA, tirado em assembléia da categoria no dia 25 de março de 1992 e publicada hoje, no Jornal Folha de Londrina, segundo cópia anexa.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(aa) DR. ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Projetos de Lei:

subseqs

PROJETO DE LEI Nº 073/92

SV SB C

Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor GUNTER ALGAYER.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Em 1949 chegava em Curitiba o jovem estudante Gunter Algayer, que tempos mais tarde iria orgulhar este Estado do Paraná como brilhante engenheiro e bem sucedido empresário, entre tantas outras virtudes de um homem de bem.

Filho do Senhor Jacob Algayer e da Senhora Edwirges Algayer, natural de Carazinho - RS -, Gunther Algayer veio à Curitiba para estudar na Escola Técnica do Comércio - anexa a Faculdade de Direito - aonde concluiu o curso no ano de 1951.

Em seguida, cursou Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná, diplomado em 1955. Neste ano, ainda, fez curso de extensão na mesma Universidade em Química de Petróleo.

Tão logo formado, iniciou suas atividades profissionais numa empresa construtora de São Paulo. Foram apenas quatro anos fora do Paraná. Seus laços com este Estado eram fortes demais para continuar distante, ainda que num Estado vizinho e irmão.

Em 1960 recebeu convite para chefiar o 16º Distrito Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, com sede em Ibaiti. Por seis anos colaborou muito para o desenvolvimento do sistema viário do Estado, construindo e ampliando rodovias.

O excelente trabalho desenvolvido no interior do Estado lhe rendeu outro convite. Desta feita assumiu a Diretoria Técnica do Departamento de Edificações da então Secretaria de Viação e Obras Públicas. Sua passagem por este cargo está registrada ainda hoje em cada município do Estado, através de tantas obras construídas que até agora, e, quiçá, por muitos anos ainda servirão a população.

E quando o Banestado precisou de sua capacidade de trabalho, na agora Banestado Crédito Imobiliário, lá esteve Dr. Gunther dando sua contribuição e ajudando a consolidar o prestígio desta empresa pujante.

Dado sua contribuição ao setor público, o Dr. Gunther Algayer passou para a iniciativa privada. Entre outras empresas

é sócio proprietário da Sociedade Construtora Cidadela Ltda, empresa que tem contribuído para o desenvolvimento da construção civil neste Estado do Paraná e em todo o Brasil.

Como empresário bem sucedido emprega, na atualidade, diretamente 3.000 pessoas.

A face conhecida do homem empreendedor, muitas vezes impede de conhecer o outro lado da bondade e do respeito com o semelhante. Em 1948 fundou a ACRIDAS, entidade de assistência que preside. Declarada de Utilidade Pública pelo Município de Curitiba e pelo Estado do Paraná, a ACRIDAS implantou o projeto pioneiro no Brasil de Casas de Lares de Pais Substituídos. São 136 crianças que recebem diariamente o conforto de um lar, estudos, alimentação e formação.

Os municípios de Nova Fátima, Ibaiti e Japira já agraciaram Dr. Gunther Algayer com a honraria de Cidadão Honorário. O mesmo aconteceu recentemente em Curitiba. A Câmara Municipal manifestou-se favoravelmente, e por unanimidade, em proposição do ilustre Vereador Sr. Cesar Seleme, sancionada pelo Excelentíssimo Prefeito Jaime Lerner, em dezembro passado.

Chegou a hora do Paraná manifestar-se da mesma maneira dos citados municípios acolhendo Gunther Algayer como um dos seus filhos ilustres. Confiamos na aprovação deste projeto, por ser medida de inteira justiça, preocupação constante de todos os Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna hoje, para registrar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que concedeu liminar suspendendo ato do Diretório Nacional do PMDB que havia expulsado do Partido o Governador Roberto Requião.

É importante para o PMDB e é importante para o Paraná esta decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que concedeu liminar, na última sexta-feira, suspendendo ato do Diretório Nacional do PMDB, de cancelar a filiação do Governador Roberto Requião. Essa decisão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi uma vitória da estrutura partidária democrática. Foi também, uma vitória de um Governador que acredita na ética. É importante lembrar que não é recondução ao Partido, pois que, Requião, nunca saiu do PMDB. Mas é importante também, trazer aqui, a palavra do Senador Pedro Simon - do PMDB do Rio Grande do Sul, que afirmou: "acho que chegou a hora do

meu Partido reconhecer, com humildade, que houve um equívoco, porque é muito bom ter o Governador Roberto Requião de volta ao PMDB.

... E bem volta, é uma permanência agora reconhecida pelo Tribunal Superior Eleitoral. No mais, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a decisão é um ato de coerência política. Como lembra o brilhante advogado René Dotti:

"A liminar concedida na última sexta-feira pelo Supremo Tribunal Eleitoral suspendendo o ato do Diretório Nacional do PMDB de cancelar a filiação do Governador Roberto Requião se constitui numa poderosa alavanca para os milhões de simpatizantes do Partido em todo o País. Segundo Dotti, que juntamente com os advogados Renato Andrade, Assis Correa e Cláudio Fruet interpuuseram o recurso no STE, num momento de crise para as instituições políticas e sociais, a determinação de Requião em permanecer no Partido caracteriza, não só um gesto de coerência política, como também de indiscutível liderança.

Destacando que a vitória no STE se deveu a um trabalho de coordenação desenvolvido pela liderança do Secretário de Justiça, Goyá Campos, René Dotti explicou que houve uniformidade de posições sobre as teses jurídicas do mandado de segurança. A principal, revelou, foi o princípio de que não se admite a expulsão de um filiado partidário através do critério do voto nominal, já que a Constituição exige voto sigiloso.

Outro aspecto importante, destacado pelo advogado é de que a Convenção Nacional já passou do prazo para julgar o recurso impetrado contra o ato de expulsão.

Neste caso, aplica-se a regra da Lei Orgânica dos partidos políticos e o estatuto do partido quando ocorre impugnação de um pedido de filiação.

Dizem estas regras que quando houver impedimento de filiação e o órgão competente não julgar a impugnação automaticamente está deferida a filiação.

Se assim ocorre em favor de quem pretende se filiar, com muito mais razão se justifica, em relação a quem for punido com a desfiliação", completou Dotti.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a permanência do Governador Roberto Requião no PMDB reconhecida agora em liminar concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral é como lembrou o líder do PMDB nesta Casa, Deputado Orlando Pessuti, fortalece a agremiação, dá um novo ânimo ao partido já nestas próximas eleições municipais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Após malabarismos matemáticos, maquiagens de balanço, o BANESTADO deu lucro.

Somente deu prejuízo de acordo com a declaração deles a BISA - Banestado Informática S/A., que nós entendemos que é uma palavra visando a incorporação da BISA pelo BANESTADO. Não só nós entendemos que há essa manobra, mas também o sindicato daqueles trabalhadores em nota publicada hoje na Folha de Londrina.

Diz o seguinte, essa nota (LÊ): "O resultado do balanço divulgado pela diretoria do Conglomerado Banestado e pelo Governo do Paraná não corresponde à realidade da Banestado Informática S/A (BISA). Os dados oficiais que apontam um desempenho negativo de 48,29% e um custo de 2,5 bilhões. Este índice e valor podem ser facilmente contestados. Mas a diretoria pretende utilizá-los para justificar e dar seqüência ao processo de sucateamento da empresa e de incorporação da BISA ao banco. Alguns setores já foram desativados, como o administrativo e financeiro.

A imprensa não foi informada de que, no ano passado, a Banestado Informática absorveu prejuízo de Cr\$ 1 bilhão da Banestado Administradora e Bens e Serviços (BABS), em fase de extinção. Diversos serviços que a BISA presta ao banco não são faturados, como o sistema de informações gerenciais e de apoio à área de recursos humanos, além dos sistemas em desenvolvimento. Outros são subfaturados, como a folha de pagamento do Estado, conta corrente e cobranças. Já os serviços repassados a empresas privadas, como a Digidata e a Employer, são feitos a um alto custo.

Ao não considerar os motivos que ocasionaram o desempenho negativo da BISA, a diretoria da empresa forja dados para fortalecer a tese da incorporação e da privatização de serviços de processamento de dados. Isto nos alarma, pois até o momento não ficaram esclarecidos os reais motivos da incorporação.

Há vários meses, nós, empregados da BISA, temos demonstrado preocupação com respeito à forma como se dará a incorporação e os seus efeitos, tanto para o Conglomerado quanto para a categoria. Em decorrência disto, conseguimos incluir no acordo coletivo, assinado em setembro de 1991, a participação de pelo menos um representante dos trabalhadores em cada comissão de assessoramento da diretoria na questão.

Como a empresa se negava a buscar um entendimento conosco e a esclarecer a forma como pretendia conduzir o processo, passamos a elaborar um projeto dos trabalhadores para a BISA, onde colocamos o

nosso ponto de vista sobre a reestruturação da empresa.

Inicialmente, a incorporação estava prevista para 31 de março de 1992. No início deste mês, somente após muita pressão dos empregados, a BISA resolveu adiar a data, mas ainda não cumpriu a sua parte no acordo.

Agora, na divulgação do balanço negativo de 1991 - sem considerar os motivos do prejuízo -, a diretoria do Banestado busca novo reforço, desta vez na opinião pública, para prosseguir com sua proposta de incorporação.

Os dados são forjados e os trabalhadores não são ouvidos. Como a sociedade poderá se certificar de que a incorporação da BISA ao banco será o caminho correto a ser seguido?

* SINDPD-PR

(Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado do Paraná) filiado à CUT.

* CT-BISA

- Comissão de Trabalhadores da Banestado Informática S.A
- Funcionário Membro do Conselho de Administração.
- Assembléia dos Trabalhadores realizada em 25 de março de 1992."

Portanto, nós notamos aqui mais um discurso do Senhor Governador, um discurso que diz que quer reforçar a empresa pública, quando faz justamente o contrário na prática. Visando esclarecimento desse processo de incorporação da BISA ao BANESTADO é que nós do PT apresentamos um Requerimento e solicitamos a aprovação dos Senhores Deputados, convidando o Diretor da BISA para comparecer nesta Assembléia Legislativa para esclarecer o porquê da incorporação, o porquê do discurso de que a BISA dá prejuízo quando sub-fatura, os trabalhos que ela presta.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Permite um aparte?

O SR. DR. ROSINHA - Eu poderia conceder um aparte a V.Exa., se eu estivesse usando o Horário da Liderança. No Pequeno Expediente o Regimento não permite. Esta é a única razão. Eu agradeço a atenção dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, na semana passada, demos entrada nesta Casa, de um Pedido de Informações a respeito da situação do sistema penitenciário do Estado do Paraná. Temos acompa-

nhado com muita expectativa o desenrolar dos acontecimentos, principalmente no que diz respeito à situação da segurança neste Estado, onde nós temos visto um crescimento extraordinário do índice de criminalidade, onde infelizmente o Decreto baixado pelo Governador não foi o suficiente, não foi a arma principal para essa Secretaria de Segurança Pública, para impedir os assaltos, em especial assaltos a ônibus de turismo.

Ainda no último final de semana, três deles aconteceram. Isto tem feito com que o turista, até mesmo o pequeno comerciante, a dona de casa que resolveu agora também ter "hobby" a sua presença via Foz do Iguaçu-Paraguai para compras e depois evidentemente revender essas mercadorias. Até isto já está diminuindo sensivelmente. E nos deixa muito mais preocupados ainda, eu quero crer que todos os Senhores Parlamentares estejam preocupados também, quando nós sabemos que na Vara de Execuções Penais, existem lá, nada mais, nada menos, do que dez mil mandatos de prisão para serem cumpridos. E o que é pior: a própria polícia, a própria justiça não se preocupa em cumprir esses mandatos de prisão, porque não tem onde colocar os presos. A Penitenciária Central de Piraquara super lotada; a Prisão Provisória de Curitiba; prisão Provisória do Ahú super lotadas; presídios de menor capacidade no Interior do Estado super lotados; delegacias de polícia também estão super lotadas. E o que é que se vê hoje? É o policial que está a serviço da delegacia para cuidar de preso que está condenado e que deveria estar na penitenciária.

Então, esta situação nos preocupa sobremaneira, principalmente quando não vimos ainda uma decisão mais efetiva do Governo do Estado do Paraná no que diz respeito às medidas que deveriam já ser tomadas há tempo. Nós permitimos, via Projeto nesta Assembléia, que a Prisão Provisória de Curitiba fosse vendida, fosse negociada, fosse comercializada até com a iniciativa privada, possibilitando, com isso, a transferência daquela penitenciária para uma segunda penitenciária, ainda dentro de Piraquara, onde existe hoje a Colônia Penal Agrícola.

No entanto, nada disso até agora aconteceu. As prometidas penitenciárias agrícolas no Interior do Estado também ficaram tão somente na promessa, e nada além disso. E, hoje, ao acompanharmos o noticiário da Imprensa, ficamos realmente estarecidos quando tomamos conhecimento - e nós já tínhamos essa informação pelo nosso trabalho de homem de Imprensa - dessa situação. Hoje nós temos não apenas 10 mil mandatos de prisão para serem cumpridos, mas aproximadamente 15 mil, se considerarmos ou-

tros presos que estão evadidos da Colônia Penal Agrícola ou até mesmo do sistema penitenciário.

Por isso, Senhor Presidente, venho a esta tribuna mais uma vez para fazer um apelo ao Líder do Governo para que apresse junto ao Senhor Secretário da Justiça o retorno às informações que solicitei com relação à questão do sistema penitenciário, que está num caos, que está numa precariedade terrível e que precisa evidentemente de uma ação mais efetiva do Governo do Estado.

Hoje, última Sessão deste mês nesta Assembléia praticamente, quero aproveitar ainda na condição de vice-Prefeito de Curitiba e ainda integrante da Bancada do PDT, para convidar a todos os Parlamentares para que participem dos festejos dos 299 anos da Cidade de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há alguns dias passados estive aqui neste tribuna falando sobre a funicultura do Paraná. Estando na época no Sudoeste numa assembléia dos produtores de fumo, ouvindo as reclamações e vendo fatos lamentáveis como, por exemplo, os produtores queimando o fumo em praça pública para protestar contra os preços e contra a forma como as fumageiras, chamadas as empresas compradoras de fumo, vêm tratando os produtores de fumo em nosso Estado.

Ontem, falhando na Sessão desta Assembléia, estive novamente no Município de Irati, onde aproximadamente mais de 500 produtores de fumo, de toda a Região Sul do Estado do Paraná se reuniam para debater o problema da funicultura paranaense.

As reivindicações vêm no sentido de que, no início do ano passado, quando aqui me pronunciei, o fumo da maior qualidade, que é o mais produzido no Paraná e principalmente no Sudoeste do Estado, era reivindicado um preço de 2 dólares e meio por quilograma quando a empresa vinha pagando 1,29 dólares por quilograma de fumo, e exportava esse fumo na época - isso deve ter sido no início de fevereiro - a aproximadamente 5 dólares o quilograma de fumo na exportação, e trazendo assim um grande prejuízo para os produtores de fumo.

Na reunião de Irati ontem, nós vimos inclusive hoje na Imprensa as notas dizendo que os funicultores podem não plantar fumo na próxima safra, nós vimos também propagandas na televisão, no rádio, nos folhetos informativos das empresas que a produção de fumo tem aumentado muito, nunca se exportou tanto fumo quanto agora.

O que nos leva a nos pronunciar neste momento e a trazer a esta Assembléia, Senhores Deputados, é o fato de que os produtores estão exigindo e querendo negociar com as compradoras de fumo, mais especificamente com a Empresa Souza Cruz, que detém 80% da comercialização e da compra do fumo no Estado do Paraná, é que seja pago um preço de aproximadamente dois dólares e meio por quilo de fumo para custear e ter mantida uma margem de lucro, porque estão tendo prejuízos com o atual preço oferecido.

Quanto à reivindicação dos produtores, é de que se reduza de 48 para 14 classes a classificação do fumo. As empresas têm uma margem de 48 tipos de classificação do fumo e nessas classificações, joga-se o preço de acordo com a classificação e com isso, fica na própria empresa, por sua própria conta, sem nenhuma participação dos produtores.

Aí vem uma grande reivindicação: de que os produtores devem participar da classificação, que ela seja feita lá na propriedade, na hora da retirada do fumo da propriedade e que seja reduzido esse vasto leque de classificações, para que possa melhor o produtor compreender esse trabalho todo, na venda do seu produto.

Uma outra reivindicação é de que na nota, conste o peso e o preço do produto. As empresas vão até o galpão do produtor, recolhem o fumo, sem ele saber quantos quilos, que classificação tem, quanto ele vai receber e assim por diante.

Que também seja pago diretamente aos produtores, dentro de 4 a 5 dias, o pagamento da compra do fumo, em função de que os produtores têm financiamento nos bancos para pagar; a empresa retira o fumo de seu galpão e alguns só recebem depois de 20 dias, quando os juros do seu financiamento estão correndo.

Além de outras reivindicações dos funicultores do Oeste, do Sudoeste e do Sul do Paraná, nós estamos apresentando um requerimento nesta Casa, pedindo que esta Assembléia envie ofício em nome desta Casa, solicitando aos compradores de fumo, à empresa Souza Cruz e outras, que recebam os produtores para negociação, para que se possa chegar a um entendimento.

Nós sabemos que no Paraná, dezessete mil pequenos produtores plantam fumo. Um número enorme de produtores, no Paraná.

Cinquenta e duas mil toneladas de fumo são produzidas no Paraná neste ano. Mais de 40 milhões de dólares o Estado arrecadará com o ICMS da produção de fumo. Houve 30% de acréscimo, de aumento de produção e de colheita neste ano. Portanto, há um segmento importante e necessário para a nossa produção no Estado do Paraná. Não podemos ouvir como ouvimos ontem, produto-

res dizer que caminhões, sem nenhuma responsabilidade das transportadoras, pegam o fumo no paiol do produtor, perdem fardo de fumo na estrada, sem dar nenhuma satisfação, sem os caminhões estarem preparados, e o fumo estando sujeito às intempéries, à sujeira nos próprios caminhões das transportadoras, perdendo a sua qualidade na hora da classificação, trazendo um enorme prejuízo aos produtores de fumo.

Solicitamos que essa Assembléia apóie ou pelo menos nos apóie, pedindo que as compradoras de fumo reabram a negociação com os produtores do Paraná, para que eles possam ser contemplados nessas suas necessidades, que entendemos justas e não podemos ficar alheios a esses problemas de uma categoria profissional, de produtores rurais do nosso Estado que estão sendo ludibriados, enganados ou mal atendidos pelas empresas compradoras de fumo, e que no momento em que a safra está muito grande, aproveitam o momento para, eu diria até, explorar os produtores rurais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Devo fazer alguns esclarecimentos ao nobre Deputado Doutor Rosinha, mas vou fazê-los no Horário da Liderança do PMDB.

Aproveito agora o horário do Grande Expediente para me pronunciar sobre mais uma campanha em favor do Paraná, que desenvolve o vibrante Jornal "Gazeta do Povo", em defesa pelo Paraná.

(Lê):

"CAMPANHA DA GAZETA DO POVO

EM DEFESA DO GASODUTO PELO PARANÁ

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Mais uma vez o vibrante jornal A GAZETA DO POVO empreende campanha em defesa do Paraná. O Diretor da Gazeta, jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, que comandou diversas campanhas, entre elas:

1. A Usina de Xisto de São Mateus;
2. a campanha para termos Ministro nos Tribunais Superiores;
3. a campanha dos "royalties" pela inundação de nossas terras férteis;

levanta-se agora, em campanha para que o traçado do gasoduto que trará gás da Argentina e da Bolívia, seja feito através do Paraguai e Paraná, com ramificações ao Norte, para São Paulo e ao Sul, para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A campanha pela Usina do Xisto de São Mateus, onde a força da comunidade paranaense se fez presente numa hora de decisão, quando o Governo Federal, em 1989, decidira fechar a Usina de Xisto de São

Mateus do Sul, e com a mobilização da sociedade, tal decisão foi finalmente revertida, estando hoje, a Usina em sua totalidade, em pleno funcionamento.

A movimentação para que o Paraná tivesse um Ministro nos Tribunais Superiores, alcançou igualmente êxito total. Já foi nomeado o Juiz Milton Luiz Pereira, que tem a sua vida de político e de magistrado construída no Paraná.

Doutor Milton Luiz Pereira foi Prefeito de Campo Mourão, de onde saiu carregado nos braços do povo, para ser Juiz Federal, iniciando sua vibrante e iluminada carreira na magistratura.

Toma posse nos próximos dias, no Superior Tribunal de Justiça, contribuindo com seu saber jurídico, para a correta distribuição da justiça neste País.

A memorável campanha dos "royalties" em favor do Paraná, em virtude da inundação de milhares de hectares de terras férteis e produtivas, também alcançou pleno êxito.

Movimentou o Paraná e o Brasil. Sacudiu a Constituinte. E hoje os municípios do Paraná já estão contemplados com recursos desses "royalties", que vem a ser uma compensação pelo que o Paraná deixou de produzir nas terras inundadas, com a construção de Usinas Hidrelétricas.

Agora a Gazeta do Povo enceta a campanha do gasoduto. Em verdade, essa campanha vem sendo feita há anos pela Gazeta do Povo, reivindicando que o gasoduto que trará gás da Argentina ou da Bolívia, entre no Brasil por Foz do Iguaçu, no Paraná.

Os argumentos oferecidos pela Gazeta do Povo mostram de maneira clara, as vantagens apresentadas pelo roteiro, passando por Foz do Iguaçu e Curitiba, com 100 quilômetros a menos que as demais alternativas estudadas, sendo, portanto, mais econômico para o País. Cruzará regiões em condições de acelerar o desenvolvimento econômico equilibrado, aptas a usarem o gás, o que reforça as razões que indicam a sua passagem por Foz do Iguaçu.

Além disso, lembra ainda a Gazeta do Povo, estrategicamente, esse roteiro possibilitaria o fornecimento do gás por dois fornecedores internacionais: Argentina e Bolívia, passando pelo Paraguai, através do mesmo gasoduto, o que melhora as relações econômicas e políticas, dentro da proposta do MERCOSUL.

Alerta, outrossim, que a decisão final ocorrerá no próximo dia 19 de abril, daí porque deve ser urgente a mobilização do Paraná para conseguir mais esta vitória.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta Assembléia Legislativa não pode ficar de fora deste movimento de interesse do Paraná.

Por isso, vamos juntos com a Gazeta do

Povo, levantar mais uma vez a bandeira do Paraná, que conforme lembra o Governador Requião: O PARANÁ É O BRASIL QUE DEU CERTO.

Finalmente, Senhor Presidente, requeiro o envio dos seguintes ofícios:

a) ao jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor da Gazeta do Povo, cumprimentando-o pela campanha em defesa do gasoduto pelo Paraná;

b) à PETROBRAS pedindo que o gasoduto entre pelo Paraná, por Foz do Iguaçu, mostrando as vantagens econômicas e políticas desse traçado".

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

Horário destinado ao Partido Independente. Concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria apenas me somar ao pronunciamento de S.Exa. o Deputado Oswaldo Trevisan, que muito nos preocupou, hoje, e eu creio que preocupou também esta Casa e o Paraná, as declarações de S.Exa. o Governador Roberto Requião, assim representando uma preocupação muito grande pela possibilidade do Paraná não ser beneficiado com o gasoduto.

No início desta semana nós apresentamos Requerimento a esta Casa, que foi aprovado por unanimidade, para que se criasse uma comissão suprapartidária para que discutíssemos uma forma de pressionar o Governo Federal até este dia 19, quando a Comissão Nacional definirá o roteiro do gasoduto. E volto, mais uma vez, à Presidência da Casa, à Mesa Executiva desta Casa, para que nos sensibilizemos, juntos também à Presidência da Mesa para criarmos esta comissão suprapartidária, fazendo com que o Paraná não perca esta oportunidade, que de fato, como V.Exa. disse, como fizemos também em outra oportunidade, a Gazeta vem encetando já há muito tempo.

Creio que nesta oportunidade nada mais justo do que a Assembleia Legislativa do Paraná e por diferentes manifestações já havidas, têm demonstrado a nossa preocupação relativa a esta problemática do gasoduto.

Por isto, solicito à Mesa para que procure agilizar a Comissão suprapartidária, para que a gente, junto com a Gazeta, junto com as comissões técnicas da COPEL e outros órgãos, possamos pressionar de forma insistente a Presidência da República e a PETROBRAS e aqueles órgãos que definirão a passagem do gasoduto para que o Paraná

não sofra este prejuízo. Concedo aparte ao Deputado Lourenço Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - (Aparte) - Deputado Paulo Maia, demais Senhores Deputados, realmente o problema levantado pelo Deputado Paulo Maia preocupa muito ao Estado do Paraná.

Infelizmente, estamos ouvindo declarações do Governador de que praticamente o gasoduto no Paraná não virá, porque o Mato Grosso reivindicou e é uma das exigências para que o Mato Grosso entre no CODESUL.

O que me preocupa, no Estado do Paraná, é que o petróleo não interessava, o gasoduto não interessa, a KAISER não interessa e a EXEMPLER (sic) não interessa, o que interessa então a este Governo?

Ou nós trabalhamos em prol do Paraná ou todos nós vamos embora para casa, porque assim não dá para continuar, porque a miséria "surrando" o Estado do Paraná, o investimento não entre mais no Estado do Paraná.

Eu o parabeno, Deputado Paulo Maia, e acredito que os Deputados de boa intenção devem se unir e ir a Brasília bater na porta dos Ministros e do Presidente da República e tentar reivindicar as coisas para o Paraná já que o Governador não o faz.

O SR. PAULO MAIA - Eu acredito que o pessimismo que hoje o Governador do Paraná tomou, em relação a essa decisão, pode ter sido também causada pelo fato de não sentir ainda o apoio do Poder Legislativo. E eu creio que nesse momento, o Paraná é o decisório, o Paraná está acima de posições e a Assembleia Legislativa está acima de posições, de Governador do Estado, o Paraná está na luta pelos seus interesses e neste momento a minha polêmica se dá em cima dessa preocupação que está aí para se definir no dia 19 e eu creio que nós precisamos nos somar suprapartidariamente com o Governador do Estado e com quem tem interesse em defender esse grande empenho do Paraná para que faça com que o Gasoduto seja uma realidade.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Quero cumprimentar o Deputado Paulo Maia pelo pronunciamento que faz, um pronunciamento evidentemente, ilustrado no Paranismo; e lamentar que o pessimismo tenha tomado conta não do Estado do Paraná, não do Governo do Estado, mas do Deputado Lourenço Fregonese, porque dizer que ao Paraná não interessa a ZPE, que ao Paraná não interessa o Gasoduto, que ao Paraná não interessa isso ou aquilo, eu entendo que isso é exagero de pessimismo do Deputado, porque o Governador Roberto Requião e ele sabe disso, em

Todas as oportunidades que teve em suas viagens à Brasília ou por telefone, ou em reuniões em Curitiba, sempre se posicionou e vem trabalhando no sentido de que nós tenhamos implantado no Paraná uma Zona de processamento de exportação.

O Governador Roberto Requião através do Secretário Maurício Fruet, teve oportunidade de comparecer a um Seminário a uma mesa redonda que discutiu a questão energética do Paraná envolvendo a questão dos postos de petróleo na costa paranaense, na polêmica disputa com Santa Catarina, e naquela ocasião já também o nosso Secretário Maurício Fruet, se posicionava com referência ao gasoduto que deveria entrar no Brasil, através do Estado do Paraná, através da cidade de Foz do Iguaçu ou outra localidade, mas que entrasse no Paraná.

Então o Governo do Estado seja diretamente pelo Governador, seja através dos Parlamentares, seja através do Secretariado, tem se posicionado e tem buscado meios e condições para que a ZPE, o gasoduto, os poços de petróleo e tantas outras coisas mais, cheguem ao nosso Estado.

Então não procede o pessimismo, é evidente que nós todos tenhamos que nos somar, tenhamos que nos unir, nesta Assembleia Legislativa para dar apoio ao Governo, dar apoio a iniciativa de pessoas, entidades, empresas como é a Gazeta do Povo, que se colocam na vanguarda de luta em favor da conquista desses benefícios para a economia paranaense e para a sociedade paranaense como um todo.

Então eu cumprimento o Deputado Paulo Maia por estar colocando mais uma vez com muita propriedade essa questão e mais uma vez lamento o pessimismo exagerado do Deputado Fregonese em afirmar que o Governador não tem interesse na vinda dessas obras, desses benefícios para o Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, mais uma vez eu volto a afirmar e a frisar na necessidade da convocação dessa Comissão Suprapartidária, para quem sabe na próxima semana, levarmos a posição, ao conhecimento desse País e desse Estado, a respeito da posição desta Assembleia. Apoiando o Governador, apoiando quem quer que seja, mas não deixando de apoiar o Paraná nesse instante.

O pessimismo toma conta do País e eu creio que nesse momento é um momento de vitória e me somo a esta vitória que, com certeza, se houver a união acima dos interesses pessoais obviamente o Paraná não perderá para o Estado do Mato Grosso esse direito ao gasoduto. E nessa oportunidade também eu quero registrar o posicionamento em relação ao que a imprensa nacional divulgou a respeito da decisão do Congresso

Nacional no dia de ontem estabelecendo aquele percentual em relação ao salário dos Parlamentares, e hoje a imprensa tem nos questionado a respeito disso, eu acho que o Congresso Nacional, a partir desse momento também procura mostrar à sociedade brasileira, e esta Assembleia não foge desta realidade, a verdadeira situação financeira dos Parlamentares desta Assembleia como também das Câmaras Municipais e outros mais.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, só para contestar o Deputado Orlando Pessuti, eu acredito que eu seja um dos Deputados que mais se interessa e que mais briga pelo Estado do Paraná, só que um Governo não se faz com palavras, se faz com atitudes, e estas atitudes é que estamos esperando.

Por isso, chega de papo e vamos ao fato!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o Líder da Bancada do PMDB se cede o horário da Liderança para o Deputado Trevisan.

O SR. ORLANDO PESSUTI - O Deputado Trevisan, Senhor Presidente, falará no Horário da Liderança do PMDB, quando fará considerações acerca do balanço publicado pelo Banco do Estado do Paraná, referente ao ano de 1991.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, eu queria responder rapidamente ao nobre Deputado Lourenço Fregonese.

Primeiro, que não se governa com simulação de apoio. O apoio ou ele é claro e irrestrito, ou ele não é! O que o Paraná precisa é realmente de um apoio irrestrito de todos nós, nos grandes interesses deste Estado.

Eu queria dizer o seguinte: Vossa Excelência falou muito em pessimismo, não é pessimismo, é realismo do Governador. O que o Governador procura é informar à sociedade paranaense com a verdade, com os fatos reais. ele também quer, e muito o gasoduto; agora, ele trouxe à sociedade as suas preocupações e quer que a sociedade toda se mobilize para que o Paraná consiga esta vitória! É o que estamos fazendo nós aqui. E dizer mais a Vossa Excelência que ao Governo interessa tudo que promova o nosso desenvolvimento econômico e social; aquilo que traz a melhoria da qualidade de vida do povo paranaense interessa ao Governo!

E antes ainda de falar no balanço, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero responder ao Dr. Rosinha, eu vou esclarecer ao Dr. Rosinha e com a presença dele

nós poderemos estabelecer um debate que traga o clareamento da situação.

O dr. Rosinha levantou a questão da BISA do Banco do Estado. Eu quero dizer, Senhores Deputados, que a BISA, que é a Banestado Informática, do jeito em que ela se encontra, ela é um instrumento de pressão em cima do Banestado. Ela domina o Banco em tudo! O Banco é um dependente da BISA e assim não pode continuar, o Banco tem que ter liberdade de atuar, não pode mais encontrar a BISA nos momentos mais difíceis do Banco.

Quando recentemente, agora mês a mês, o Banco tem que liberar os cruzados bloqueados, o que ocorre a cada dia 15 do mês, encontra a BISA em greve, isso compromete a imagem do Banco! Então nós entendemos que o Banco do Estado tem mais é que incorporar a BISA para que ela seja dependente do Banco e não o Banco dependente da BISA.

Mas venho aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, falar sobre o balanço do Estado, e toda a imprensa divulgou ontem, numa solenidade da última terça-feira, o Governador Roberto Requião, juntamente toda a Diretoria do Banco do Estado, apresentou à sociedade do Paraná o lucro do banco deste último semestre de 91, que foi de vinte e nove bilhões e setecentos milhões de cruzeiros.

E o Banco do Estado do Paraná encerrou o ano de 91 com esse lucro líquido: vinte e nove bilhões e setecentos milhões de cruzeiros, o que representa 16,84% em relação ao patrimônio líquido do Banco, que é de cento e setenta e seis bilhões, quatrocentos e treze milhões de cruzeiros. Este resultado anunciado na última terça-feira pelo Presidente do Banco, Heitor Wallace e também pelo Governador Roberto Requião, coloca o Banestado em termos de desempenho, em primeiro lugar no País, notem Senhores Deputados que isso é importante, em primeiro lugar no País, sendo superior até ao Banco do Brasil e demais instituições financeiras privadas nacionais.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Permitto, Deputado.

O Sr. Erondy Silvério - Eu também quero parabenizar toda a Diretoria do Banestado, do qual Vossa Excelência fez parte até pouco tempo, por esse notável desempenho, que todos nós sabemos que a situação do Banestado no início do Governo Requião não era boa, nós sabemos que até prejuízo houve nas suas operações; e agora houve uma inesperada e até surpresa recuperação

do Banco do Estado, o que vem demonstrar mais uma vez o carinho com que o Governador Requião tratou os negócios do Banestado. Isto para a sociedade paranaense é um fato altamente positivo, não adianta querer denegrir a imagem do Governador do Estado, porque ele nesse particular, e com relação ao Banestado, teve uma atuação convincente e, provam os números do balanço que Vossa Excelência acaba de ler. Obrigado pelo aparte.

O Sr. Doutor Rosinha - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Obrigado, nobre Deputado.
Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Dr. Rosinha - Agradeço o aparte concedido.

O Governador Roberto Requião de Mello e Silva, o Mello de cá, trata os trabalhadores do Estado como o Mello de lá, o Colador de Mello, é muito igual. Não recebe trabalhadores para conversar, dá o golpe em todos eles, primeiro achata salário e não se discute absolutamente nada; segundo, quando um trabalhador ganha qualquer causa na Justiça do Trabalho ele não cumpre as deliberações da mesma Justiça. E aí o que resta a um trabalhador? Ganhando mal, sendo desrespeitado pelo Governante, que vai ficar ali felizmente por pouco tempo, só quatro anos, desrespeitado pela chefia, só resta a ele ou morrer de fome, ou fazer greve.

Se algum trabalhador da BISA faz greve, a maioria fez anos atrás, esse ano ainda não fez, nunca atrapalhou o desenvolvimento da BISA do Banco, do Banestado Informática, nunca deu prejuízo ao Banestado Informática como dá prejuízo fazer o que ele faz, ou seja, rodar todo o material de informática subfaturado para o Estado; e no entanto, favorece o setor privado, a Employer como diz o Sindicato, e favorece também a Digidata.

Ele tem um discurso, como ele fez com as Universidades, autarquia aonde dá para dar golpe em trabalhador, incorporação aonde o golpe é um pouco diferente.

O Governador tem que primeiro: começar a discutir com esses trabalhadores, que são responsáveis, a BISA Informática é uma excelente empresa e seria muito melhor se fosse ouvir os trabalhadores. Hoje, ela está sucateada porque há anos não se compra novas tecnologias na área de informática. Portanto, a incorporação é golpe nos trabalhadores, é golpe na sociedade. Porque com o discurso que está dando prejuízo faz-se isso, quando nós sabemos que a BISA Informática, como todas as estatais, podem dar lucro desde que o administrador assim

o-queira.

Então o discurso do Requião é igualzinho ao do Collor de Mello: massacre em cima do trabalhador.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado pelo parte, Dr. Rosinha, e, cumpre-me dizer a Vossa Excelência, que a situação de penúria do trabalhador não é só no Paraná, é em todo o Brasil em virtude dessa grande recessão e até mesmo essa depressão que tomou conta da nossa economia.

O Sr. Dr. Rosinha - Mas o desrespeito é maior no Paraná.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Gostaria de concluir em resposta ao aparte do Deputado Rosinha.

Mas, Deputado, nós cobramos do Governo, produtividade, nós cobramos do Governo eficiência administrativa. O que o Banco está procurando fazer com a incorporação da BISA é exatamente buscar a eficiência administrativa e por isso que a incorporação da BISA é uma necessidade em busca desse objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por último, concedo a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está sobre a Mesa um requerimento de nossa autoria, para aprovação no dia de hoje, onde nós pleiteamos uma constituição de Comissão Especial de revisão tributária. Em contato mantido com Deputados do Rio Grande do Sul, nesta Casa, no início da semana, tomamos conhecimento da formação de uma Comissão Interparlamentar de Deputados Estaduais, entre os 3 Estados do Sul, visando o acompanhamento da reforma tributária a nível federal. Tomamos a iniciativa de encaminhamento deste requerimento por entendermos ser este, um assunto de fundamental importância para a sobrevivência dos municípios no Brasil, e, de forma especial, nos Estados do Sul.

Entre os temas levantados, a serem discutidos nesta Comissão Interparlamentar de Senhores Deputados, poderíamos aqui citar: a definição dos critérios de partilha do ICMS aos municípios em face dos dados do último censo; acompanhamento da revisão tributária a nível federal; estudo da proposta de equalização de alíquota de ICMS entre os Estados etc. ... e outros assuntos atinentes à revisão tributária.

Portanto, gostaríamos que a presidência, com a aprovação deste Plenário, determinasse que uma comissão de 3 parlamentares, pudesse se somar aos Deputados Es-

taduais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e, a partir daí, começarmos a desenvolver um trabalho no sentido de darmos o acompanhamento necessário para esta reforma tributária que se inicia no Governo Federal.

Muito obrigado e conto com o apoio dos Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 028/92, subscrito pela Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26 do corrente mês, em função de viagem para o Município de Londrina. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 51/92, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, comunicando sua filiação ao PMDB, sob nº 253, em data de 25.02.92, encaminhando Certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, Juízo Eleitoral da 9ª Zona, datado de 23.03.92. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 1137/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 26 do corrente mês, em virtude de compromissos em sua Região. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

FM VOTAÇÃO.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do Tribunal de Justiça-Of. nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas, dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EMENDA MODIFICATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com PARECER FAVORÁVEL DA C.F. e EMENDA DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 002/92

P A R E C E R:

A Emenda oferecida e ora analisada não fere quaisquer dispositivos legais, constitucionais ou regimentais, e por isso, está em condições de ser examinada e deliberada pelo Douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora.

EM VOTAÇÃO o Projeto, ressalvada as Emendas. Aprovado.

EMENDA MODIFICATIVA do Tribunal de Justiça. Aprovada.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Qual emenda: a modificativa ou a de Plenário?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - A de Plenário apresentada na última Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda de Plenário, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No nosso entendimento, essa emenda deve ser rejeitada por este Plenário.

O Projeto que veio do Tribunal de Contas propunha a incorporação dos excedentes de 50% dos serviços extraordinários dos servidores ocupantes de cargos em comissão.

O achatamento salarial que se deu no nosso Estado fez com que no Tribunal de Justiça se criasse uma gratificação aos servidores para que se pudesse ter uma maior dignidade nos salários.

No entanto, com os aumentos encaminhados a esta Casa pelo Governo do Estado para o Executivo, essas gratificações foram incorporadas ao salário.

O que ocorre é que, legalmente não existe uma regulamentação legal nos cargos em comissão, para que obtenham gratificações em cima dos mesmos.

Nesse sentido, a prova é que quando o Tribunal de Contas, Senhor Presidente, manda para esta Casa Projetos de Lei, ele, ou melhor, o Tribunal de Justiça deixa fora essa proposta.

Então, no nosso entendimento essa proposta é ilegal, ela não tem ainda regulamentação para que se tenham gratificações nos cargos em comissão. No nosso entendi-

mento, ela deve ser rejeitada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para Encaminhar) Senhor Presidente.

Tendo em vista as ponderações do Deputado Ovídio Constantino e as ponderações que nos foram feitas pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado, tendo em vista a leitura que fizemos do parecer da Comissão de Justiça para essa emenda, nós queremos informar que iremos votar a favor da emenda no dia de hoje, e também iremos nos aprofundar na análise do que pretende a emenda de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Como essa matéria encontra-se hoje em 2ª discussão e, nós teremos como fruto dessas emendas uma 3ª Discussão, nós reservaremos ao direito de após, uma análise mais aprofundada, para mantermos a aprovação ou se for o caso, em 3ª discussão, rejeitarmos a emenda.

Mas na data de hoje iremos dar voto favorável a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.

Aprovada, com exceção da Bancada do PT.

A emenda e o projeto irão à 3ª Discussão.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 083/85, que cria o município de 4º Centenário com sede na localidade de mesmo nome, território desmembrado do município de Goioerê e divisas do atual Distrito Administrativo. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 43, de 21.05.85).

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Pelas argumentações já apresentadas a esta Casa, no nosso entendimento esse projeto fere o artigo 250 do Regimento Interno, nós votamos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 084/91, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, pela criação do município de Jacutinga, desmembrado do município de Ivaiporã. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22, de 19.03.91).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que denomina a Escola Estadual Rural do Rio das Pedras de Donato Pereira Alves. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/92, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública

o S.O.S. de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/92, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o Instituto Theodoro Ratisbonne de Castro, com sede e foro no Município de Castro. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro em Guaraniaçu. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/91, de autoria do Deputado DURVAL AMARAL, que faculta a toda pessoa residente no Estado do Paraná a autorização de doação de órgãos para fins de transplante, consignada em sua carteira de identidade ou habilitação. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 135, de 17.10.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 477/91

P A R E C E R:

Faculta a toda pessoa residente no Estado do Paraná a autorização de doação de órgãos para fins de transplante, consignada em carteira de identidade ou habilitação.

Procedemos a análise, no âmbito desta comissão técnica, do Projeto de Lei nº 477/91, supra ementado, de autoria do Deputado Durval Amaral.

No âmbito da Constituição da República, o parágrafo 4º de seu artigo 199 dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento. Não menciona, entretanto, critérios relativos à autorização para doação de órgãos.

Neste sentido, e em vista da importância da medida para a saúde paranaense, manifestamos nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 477/91, enaltecendo, entretanto, a necessidade de a dou-

ta Comissão de Saúde Pública proceder devida análise acerca das implicações sociais da medida proposta, em vista da tradição cultural de nosso povo e de seu estágio de formação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 477/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Durval Amaral, tem por finalidade facultar a toda pessoa residente no Estado do Paraná a autorização de doação de órgãos para fins de transplante, consignada em sua carteira de identidade ou habilitação.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORAVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente

Edson Silva Lino

Relator

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

É com grande satisfação que foi incluído na Ordem do Dia da Sessão o Projeto de minha autoria 477/91, que faculta a todas as pessoas, qualquer cidadão, quando ele for tirar a sua carteira de identidade ou ainda a sua carteira de motorista, expressamente concordar que os seus órgãos possam ser doados logo após constatada morte cerebral. É uma faculdade, toda pessoa que for se habilitar ou que for fazer a sua carteira de motorista poderá optar ou não, em ter na sua identidade ou na sua carteira de habilitação, expressamente já confirmada a doação dos seus órgãos.

Nós sabemos as grandes dificuldades que têm os médicos acostumados a trabalhar com transplante. As grandes dificuldades que têm todos aqueles cidadãos que gostariam de doar seus órgãos em vida e muitas vezes uma vez constatada a morte cerebral de um acidentado a família fica perplexa, às vezes, fica em dúvida se deve ou não doar por não ter conhecimento expresso da

vontade daquela vítima.

Por isso é que buscamos através desta lei, no Estado do Paraná, possibilitar a todos os cidadãos, desde a confecção da sua carteira de identidade ou da sua carteira de motorista, expressamente permitir e expressamente conceder os seus órgãos, sem ser obrigado. Aqueles que não quiserem optar pela doação, simplesmente preencherão o requerimento normal, comum, e não fazendo a doação expressa naquele momento automaticamente a sua carteira de habilitação e a sua carteira de identidade sairá como de costume.

Mas, todos aqueles que forem fazer tanto a habilitação quanto a sua carteira de identidade, uma vez perguntado, uma vez indagado pelo responsável do setor se gostaria de doar os seus órgãos, se concordar, ela poderá assim proceder. Inclusive nós prevemos neste projeto de lei que os menores de idade, que forem fazer a sua carteira de identidade e que quiserem doar expressamente os seus órgãos, só poderão fazê-lo assistido pelo maior, assistido pelos seus próprios pais. Caso contrário ele não poderá fazer essa doação, para que não haja dúvidas e nenhum tipo de problemas com os menores.

Então nós entendemos que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná neste momento lança mão de um instrumento inédito no Brasil, dando possibilidade e contribuindo sensivelmente para que as pessoas acidentadas e para as que estão hoje necessitando de olhos, de córneas, necessitando de transplante de rins, necessitando de coração, necessitando de fígado, necessitando de medula, possam ter neste nosso Projeto de Lei, que tenho certeza, será aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná, uma esperança muito forte e uma chama muito acesa de uma vida.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO- (Para Encaminhar) - Nós queremos declarar o nosso apoio nesta primeira votação ao Projeto do Deputado Durval Amaral e ao mesmo tempo parabenizá-lo pela idéia que entendemos de grande importância para a sociedade paranaense.

Por outro lado nós entendemos que para um fato tão sério como este é necessário uma grande conscientização da população e das pessoas que vão se dispor a essa doação.

Por isso estamos votando favorável nesta primeira discussão, mas queremos contribuir com o Deputado Durval Amaral e na próxima Sessão nós estaremos apresentando uma Emenda para, no nosso entendimento, contribuir para o aperfeiçoamento do Projeto para que realmente ele seja implantado e possa ser colocado em prática no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 009/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a redação do artigo 34, da Lei nº 8280/86, que entre outras providências, dispõe sobre o Juizado de Pequenas Causas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 009/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Artigo 1º - O artigo 34, da Lei nº 8.280/86, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Aos árbitros e conciliadores dos Juizados de Pequenas Causas, poderá ser atribuída, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça, uma gratificação pró-labore e aos servidores do Poder Judiciário que nele exercem funções no período noturno, cumulativamente, uma gratificação correspondente a trinta por cento (30%) dos vencimentos básicos".

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Justiça.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.92.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Os Juizados de Pequenas Causas, informalmente implantados no Estado a partir de 1983 e oficializados com o advento da Lei Federal n. 7244, de 07.11.84, vem equacionando com relevância as questões menores, possibilitando em especial a "gente humilde", mais carecedora da tutela jurisdicional, acesso fácil dentro dos princípios norteadores da simplicidade, celeridade e gratuidade.

No anseio de melhor estruturá-los, esta Presidência vem buscando implantar referida questão jurisdicional em todas as Comarcas do Estado e, sempre que possível, descentralizá-la em todos os Municípios como recentemente, só a guisa de exemplo, ocorreu nos Municípios de Matinhos e Gua-
raqueçaba.

Com o advento da Lei Estadual n. 8280/86, possibilitou-se atender antiga reivindicação dos árbitros da Capital, concedendo-lhes gratificação "pró-labore" que, embora modesta, tem servido aos mesmos como compensação para as despesas de locomoção ao local das sessões noturnas.

A despeito disso, urge que ela seja estendida aos Juizados de todo o Estado como fator motivador, além de justo, a fim de que os árbitros, que obrigatoriamente devem ser advogados, recebam idêntico tratamento que aos da capital.

Neste propósito, o Órgão Especial deste Tribunal aprovou proposta de alteração do artigo 34 da Lei Estadual n. 8280/86, em sessão realizada no dia 13 de dezembro de 1991.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 09/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Egrégio Tribunal de Justiça, visa alterar a redação do artigo 43, da Lei n. 8.280/86, referente ao Juizado de Pequenas Causas.

A Lei n. 8.280/86, em seu art. 34, concede gratificação pró-labore modesta aos árbitros da capital do Juizado de Pequenas Causas. Assim sendo, a medida proposta pelo Egrégio Tribunal de Justiça intenta estender tal gratificação a todos os árbitros dos Juizados de Pequenas Causas de nosso Estado, a fim de que recebam idêntico tratamento.

Analisado o aspecto legal e o constitucional da matéria, vemos que a mesma se encontra imbuída do mais alto dos princípios constitucionais que norteiam todas as Magnas Cartas dos chamados Estados de Direito, ou seja, o Princípio de Igualdade. Com a propositura da matéria, almeja o Egrégio Tribunal dar a devida isonomia a que fazem jus os árbitros dos Juizados de Pequenas Causas de todo o Estado do Paraná.

Assim sendo, visto ter sido obedecido a égide do Direito e da Justiça e nada havendo de natureza constitucional ou legal que possa obstar a normal tramitação do presente Projeto de Lei, opinamos FAVORAVELMENTE à sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 072/92, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que autoriza o Poder Executivo a fixar novas linhas de limites entre os municípios de Araucária e Contenda, conforme especifica. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D. A. nº 22, de 25.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 072/92

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a fixar novas linhas de limites entre os Municípios de Araucária e Contenda, conforme especifica.

A fixação das novas linhas limítrofes, consoante o determinado pelas Leis municipais e consolidados pelo acordo celebrado pelas municipalidades interessadas, virá a propiciar ao Município de Contenda a regularização de seus limites, visto que parte urbana de um dos municípios está adentrando ao Município do outro.

A matéria em questão encontra-se consubstanciada na Lei n. 790/51, Lei n. 555/91 e Decreto Legislativo n. 08/91, que promulgou o Termo de acordo firmado entre os dois Municípios para modificação das linhas divisórias.

Assim sendo, visto não haver incompatibilidade da matéria com as normas legais pertinentes e que a mesma encontra-se em harmonia com os ditames constitucionais, especificamente o § 2º, do art. 12, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, somos pelo Parecer FAVORAVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, só para reafirmar pela pressa de Vossa Excelência nós não queremos registrar o nosso voto contrário ao item 10, na primeira discussão do projeto de lei nº 09/92.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 299, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 298, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 297, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Encaminhe-se na forma requerida ao Senhor Secretário de Segurança.

Requerimento de nº 296, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 303, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante

do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 304, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 305, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 306, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 289, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

Designo o Deputado Traiano, o Deputado Durval Amaral e o Deputado Albino Corazza para constituírem a comissão.

A Mesa, conforme já anunciou, solicitou às Lideranças dos Partidos Políticos, que comuniquem à Mesa a composição de suas novas bancadas para que a Comissão Executiva possa designar os novos membros das comissões. As comissões têm um prazo de 2 anos, e só vai alterar sua composição, a parte diretiva não será alterada.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebi, como muitos outros Senhores Deputados receberam, um abaixo-assinado dos trabalhadores em empresas de segurança permissionárias desses serviços junto aos órgãos e companhias do Governo do Estado do Paraná.

É uma situação de preocupação para 3 mil vigilantes em estabelecimentos públicos do Estado que estão diante de uma decisão do Governo do Estado, de terem que perder os seus empregos, causando, portanto, grande apreensão para essas famílias.

Neste sentido, Senhor Presidente, eu quero comunicar a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados que na próxima semana me reservarei para fazer um pronunciamento e um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que essas 3 mil pessoas, e que correspondem a quase 10 mil pessoas, não sejam atingidas por uma medida governamental injusta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 477/91, 009/92, 072/92 e do Projeto de Resolução nº 067/91

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 554/91, 014, 041, 047, 057, 062 e 064/92.

Levanta-se a sessão.